

ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUNICÍPIO DE MIGUEL PEREIRA

LEI N° 3.567 DE 12 DE MAIO DE 2020

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIGUEL PEREIRA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1°) – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais), obedecendo as seguintes classificações orçamentárias:

FONTE 03 - R\$ 2.800.000,00 (Recursos SUS)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA DE TRABALHO

04.01.000.10.302.012.2.102 - Gestão Hospitalar

ELEMENTO DA DESPESA:

33.90.39.99.03 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Outros R\$ 1.800.000,00

PROGRAMA DE TRABALHO

04.01.000.10.302.012.2.113 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

ELEMENTO DA DESPESA:

33.90.30.05.03	Materiais Medicinal, Cirúrgico e Odontológico	R\$	300.000,00
33.90.39.09.03	Serviços de Abastecimento da Frota	R\$	200.000,00
33.90.39.99.03	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Outros	R\$	500.000,00

Art. 2°) - Os recursos para fazer face ao presente Crédito são advindos do Fundo Nacional de Saúde e serão recolhidos na seguinte rubrica de Receita:

1000.00.0.0.0.00 - Receitas Correntes

1700.00.0.0.0.0 - Transferências Correntes

1718.03.0.0.0.00 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde

1718.03.1.0.0.00 - Transferências Recursos do Sistema Único de Saúde

1718.03.1.1.0.00 - Transferências Recursos do Sistema Único de Saúde

1718.03.1.1.0.15 - Incremento Temporário do Limite Financeiro do MAC

Art. 3°) - Este Crédito baseia -se no Inciso II, § 1°, Artigo 43 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 4°) – O impacto financeiro-orçamentário no exercício, de que trata o Inciso I, artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000 (LRF), será correspondente aos valores estipulados no presente crédito, alterando-se o PPA, LDO e LOA

Art. 5°) – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Miguel Pereira, Em 12 de maio de 2020.

ANDRÉ PINTO DE AFONSECA Prefeito Municipal